



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
2.031.670/18-9



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
024292068-3



DADOS CADASTRAIS

ATO Debenture Escritura;			
NOME EMPRESARIAL A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Rua da Consolação	NÚMERO 2294	COMPLEMENTO CJ 03-118	CEP 01302-001
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE 31.046.158/0001-26	NIRE - SEDE 3530051922-1	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: ANDRE WETTER (Diretor)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 359,80 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:		DATA: 15/10/2018	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE
-----------------------	--------------------------	---------------------

ANEXOS:	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE
() DBE	() Documentos Pessoais
() Procuração	() Laudo de Avaliação
() Alvará Judicial	() Jornal
() Formal de Partilha	() Protocolo / Justificação
() Balanço Patrimonial	() Certidão
() Outros	

OBSERVAÇÕES:

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

ANEXO, FICHA DE
BREVE RELATO
15/10/15

me.

9230UC
81 01 02

SEM VALOR DE CERTIDÃO

SETOR DE REGISTRO
(ATIVIDADES)

() Triar _____

() Deferir DBE _____

() Etiquetar _____

() Perturar _____

() Secar via _____

JUCESP
23 10 18

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS E NÃO PERMUTÁVEIS POR AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA

A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

ESP
DE
4

2018



COLO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, 2.294, conjunto 03-118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.046.158/0001-26, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300519221 ("Emissora"), neste ato representada na forma de seu estatuto social por seus Diretores **André Wetter**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 15 de abril de 1987, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.866.928-9 SSP/SP, emitida em 17 de junho de 2002, inscrito no CPF/MF sob o nº 334.489.428-55, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arapiraca, nº 22, apto. 32, Vila Madalena, CEP 05443-020 e **Hugo Alain Charles Mathecowitsch**, francês, solteiro, empresário, nascido aos 20 de maio de 1990, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiros RNE nº G016251-X CGPI/DIREX/DPF, emitida em 19 de abril de 2016, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.765.348-83, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Urussuí, nº 110, apto. 202B, Itaim Bibi, CEP 04542-050;

ESP
DE
8

2018



COLO

Resolve firmar o presente Instrumento Particular de Escritura de 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis e Não Permutáveis por Ações, da Espécie Subordinada, para Colocação Privada, da A55 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Escritura"), de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO.

1.1 A emissão das Debêntures, conforme definidas abaixo ("Emissão"), será realizada

A KM

JUCESP

23 10 18

com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2018 (“AGE da Emissora”).

2. REQUISITOS.

2.1 A Emissão será realizada com observância aos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), a ata da AGE da Emissora que delibera e aprova a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Dia”.
- II. *Registro desta Escritura.* Nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das S.A., esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP. Sem prejuízo do disposto no item 4.10 abaixo, as vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos à mesma deverão ser encaminhadas aos debenturistas em até 10 (dez) dias contados do seu registro na JUCESP.
- III. *Registro na Comissão de Valores Mobiliários.* A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e na Associação Brasileiro das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), por se tratar de uma oferta privada.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.

3.1 *Objeto Social.* A Emissora tem por objeto social (i) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiros e de

DUCESP
23 10 18

capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e
(c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissão de títulos e valores mobiliários lastreados em tais créditos.

3.2 *Destinação dos Recursos.* Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente utilizados, única e exclusivamente, para custear a aquisição de cédulas de crédito bancário a serem listadas conforme modelo constante no Anexo I da presente Escritura e em seus eventuais aditamentos, bem como cédulas de crédito bancário emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada, que (i) tenham, substancialmente, os mesmos termos e condições estabelecidos no Anexo II desta Escritura; e (ii) tenham prazo de até 12 (doze) meses, desde que não superior à Data de Vencimento; e (iii) sejam emitidas contra pessoas jurídicas brasileiras atuando no setor de serviços e/ou de tecnologia com receita razoavelmente previsível e com perspectiva de crescimento (“Start up”) (“CCBs”). O Anexo I desta Escritura deverá ser atualizado a cada 06 (seis) meses a contar da Data de Emissão, por meio de aditamento à presente, de modo a incluir CCBs adquiridas pela Emissora após a presente data, as quais integrarão, para todos os efeitos da Emissão, a definição de Direitos Creditórios Vinculados às Debêntures, automaticamente.

- I. *Direitos Creditórios Vinculados às Debêntures.* As CCBs e os créditos representados pelas CCBs serão vinculados às Debêntures emitidas por meio desta Escritura, conforme aditada (“Direitos Creditórios Vinculados”). As CCBs foram e serão emitidas por *Start ups* em favor de instituições financeiras (“Instituições Financeiras”) e a Emissora não figura nas negociações relacionadas à emissão das CCBs ou nas transações de recursos entre as *Start ups* e as Instituições Financeiras. As CCBs são selecionadas pela **ACCESS 55 CONSULTORIA EM CRÉDITOS LTDA.** (“Access Consultoria”) e transferidas das Instituições Financeiras para a Emissora por endosso. A Access Consultoria foi contratada pela Emissora para realizar os serviços de

JUCESP
23 10 18

cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, de acordo com a política de cobrança acordada entre a Emissora e a Access Consultoria e constante do Anexo III desta Escritura. Na hipótese de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados aos debenturistas para satisfação das obrigações de pagamento do Prêmio de Reembolso, Amortização Extraordinária e amortização do Valor Nominal, os debenturistas concordam que manterão a Access Consultoria contratada para realizar a cobrança dos créditos representados pelas CCBs correspondentes, na forma da política estabelecida no Anexo III.

II. *Investimentos Permitidos.* Sem prejuízo do disposto neste item 3.2 e seus subitens, os recursos recebidos pela Emissora, tanto a título de integralização das Debêntures, conforme definidas a seguir, quanto em função do recebimento dos Direitos Creditórios Vinculados, deverão ser investidos em títulos públicos federais e/ou ativos financeiros de renda fixa, de baixo risco, com volatilidade inferior a 5% (cinco por cento) ao ano e que possuam liquidez em até 03 (três) Dias Úteis, emitidos por instituições aprovadas para distribuição de títulos via a plataforma XP Investimentos ("Investimentos Permitidos").

III. *Fiscalização.* A Emissora reconhece e aceita o direito dos debenturistas fiscalizarem o uso dos recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão, na forma e periodicidade que julgar conveniente, comprometendo-se a fornecer todos os documentos e informações comprobatórios razoavelmente exigidos pelos debenturistas, no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis da data de sua solicitação.

3.3 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

DUCE SP
23 10 18

3.4 *Quantidade de Debêntures e Série.* A Emissão será feita em número indeterminado de séries, nos termos do artigo 59, parágrafo 3º da Lei das S.A., da AGE da Emissora e, ainda, observados os limites estabelecidos nesta Escritura, especialmente, mas sem limitação, o valor total máximo da Emissão estabelecido no item 3.5 abaixo.

- I. A primeira série da Emissão consiste em 48 (quarenta e oito) debêntures ("Debêntures Primeira Série" e, em conjunto com as debêntures das próximas séries desta Emissão, quando emitidas, simplesmente, as "Debêntures"), no valor total de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil Reais) ("Primeira Série").

3.5 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) ("Valor Total da Emissão"), nos termos do artigo 59, parágrafo 3º da Lei das S.A., da AGE da Emissora e, ainda, observados os limites estabelecidos nesta Escritura.

3.6 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores.

3.7 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será dia 28 de setembro de 2018 ("Data de Emissão").

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.

4.1 *Valor Nominal.* As Debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

4.2 *Forma e Emissão de Certificados; Conversibilidade.* As Debêntures serão nominativas, não escriturais, sem a emissão de cautelares ou certificados, e não serão conversíveis (em) ou permutáveis por ações da Emissora.

JUCESP
23 10 18

- 4.3 *Comprovação de Titularidade.* Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro do seu titular no livro de registo de debêntures da Emissora. A negociação das Debêntures se dará por meio de operação privada, fora de mercados organizados.
- 4.4 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das S.A.
- 4.5 *Prazo e Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado e Vencimento Antecipado, o prazo das Debêntures será de 25 (vinte e cinco) meses contados da Data da Emissão ("Data de Vencimento").
- 4.6 *Forma e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelos debenturistas mediante assinatura do respectivo boletim de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, observados os montantes e datas estipulados no respectivo boletim de subscrição.
- 4.7 *Integralização e Forma de Pagamento.* As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data da subscrição, por meio de transferência eletrônica de recursos com disponibilidade imediata, em favor da conta corrente de titularidade da Emissora.
- 4.8 *Direito de Preferência.* Não há direito de preferência para a subscrição das Debêntures.
- 4.9 *Publicidade.* Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e jornal "O Dia", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das S.A. e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar os debenturistas por escrito a respeito de qualquer publicação, na data da sua realização.

DUCE SP
23 10 18

5. REMUNERAÇÃO

5.1 *Prêmio de Reembolso.* As Debêntures farão jus ao recebimento de um prêmio de reembolso mensal, em valor correspondente ao montante líquido recebido pela Emissora a título de juros e demais encargos dos Direitos Creditórios Vinculados (não compreendendo, portanto, os valores recebidos a título de principal dos Direitos Creditórios Vinculados) no mês imediatamente anterior, líquidos de tributos incorridos pela Emissora para o seu recebimento, bem como da remuneração devida à Access Consultoria, na forma do item 3.2, I, acima ("Prêmio de Reembolso").

- I. O pagamento do Prêmio de Reembolso condiciona-se à realização dos Direitos Creditórios Vinculados, em observância ao artigo 5º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2.000, conforme alterada ("Res. CMN 2.686/00").
- II. O Prêmio de Reembolso será devido no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao do recebimento dos juros e demais encargos dos Direitos Creditórios Vinculados.

5.2 *Repactuação.* Não haverá repactuação das Debêntures.

5.3 *Amortização Programada.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão será amortizado extraordinariamente pela Emissora, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão e até a Data de Vencimento, em montante equivalente ao total recebido pela Emissora dos emissores das CCBs a título de principal (não compreendendo, portanto, juros e demais encargos dos Direitos Creditórios Vinculados) no mês imediatamente anterior, líquidos de tributos incorridos pela Emissora para o seu recebimento, bem como da remuneração devida à Access Consultoria, na forma do item 3.2, I, acima ("Amortização Extraordinária").

DUCEAP

23 10 18

- I. O pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures condiciona-se à realização dos Direitos Creditórios Vinculados, em observância ao artigo 5º da Res. CMN 2.686/00.
- II. Observado o disposto no item 5.3 acima, a Amortização Extraordinária das Debêntures será devida no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao do recebimento dos juros e demais encargos dos Direitos Creditórios Vinculados.
- III. O saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado pela Amortização Extraordinária das Debêntures deverá ser integralmente amortizado na Data de Vencimento.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus os titulares das Debêntures serão efetuados pela Emissora, por meio de crédito na conta corrente do debenturista, seja por ordem de pagamento ou transferência eletrônica.

6.2 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Emissora, com, no mínimo, de 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de a Emissora reter e descontar os tributos devidos pelo debenturista, nos termos da legislação aplicável ao pagamento em questão. Será de responsabilidade da Emissora a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Enquanto não finalizado o processo de validação da imunidade ou isenção, a Emissora não será responsabilizada (inclusive, mas sem limitação, não estará sujeita a Encargos Moratórios) em razão do não pagamento no prazo estabelecido nesta Escritura.

DUCEAP
23 10 18

6.3 *Prorrogação dos Prazos.* Caso qualquer das obrigações de pagamento estabelecidas nesta Escritura venha a ser devida numa data que não for um Dia Útil, tal obrigação de pagamento será automaticamente prorrogada para o Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer penalização ou Encargos Moratórios para a Emissora.

- I. Para os fins desta Escritura, considera-se “Dia Útil” todos os dias que não forem sábado, domingo ou data em que os bancos comerciais estão autorizados a não funcionar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

6.4 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures pela Emissora, os valores vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ficando a Emissora sujeita, ainda, ao pagamento de multa não compensatória correspondente a 2% (dois por cento) sobre tal valor devido e não pago, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

6.5 *Dação em Pagamento.* Na Data de Vencimento ou na Data de Vencimento Antecipado, o que ocorrer primeiro, a Emissora poderá realizar o resgate das Debêntures, total ou parcialmente, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados que não foram integralmente quitados até o respectivo vencimento, pelo saldo do valor da dívida representada pela CCB correspondente, nos termos da Res. CMN 2.686/00.

- I. Se a Emissora desejar realizar a dação em pagamento, ela deverá, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes da Data de Vencimento ou, na hipótese de vencimento antecipado, em até 10 (dez) dias a contar da Data do Vencimento Antecipado, conforme aplicável, enviar comunicação escrita aos debenturistas, especificando: (i) a quantidade de Debêntures a serem resgatadas por meio de dação em pagamento; e (ii) os Direitos Creditórios Vinculados que serão entregues aos debenturistas em

DUCEAP
23 10 18

pagamento do resgate, com indicação pormenorizada das CCBs que representam tais direitos ("Comunicação de Dação em Pagamento").

- II. Caso o resgate mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados seja parcial, deverá ser realizado proporcionalmente entre os titulares das Debêntures em circulação.
- III. Os Direitos Creditórios Vinculados dados em pagamento nos termos deste item 6.5 serão entregues aos debenturistas em regime de condomínio.
- IV. Será facultado aos debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da Comunicação de Dação em Pagamento, determinarem, por unanimidade, (i) a alocação dos Direitos Creditórios Vinculados a serem dados pela Emissora em pagamento de maneira desproporcional entre si, na hipótese de resgate parcial; e/ou (ii) que a entrega dos Direitos Creditórios Vinculados não se dê em regime de condomínio, desde que seja possível a divisão das CCBs entre os debenturistas.
- V. A dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios Vinculados que não tiverem sido quitadas até a data do respectivo vencimento implicará a extinção da obrigação da Emissora de pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde que tais Direitos Creditórios Vinculados não tenham sido renegociados pela Emissora ou em seu nome, caso em que a Emissora continuará responsável pelo pagamento da diferença entre o saldo do Valor Nominal Unitário e a somatória do saldo do valor das dívidas representadas pelas CCBs dadas em pagamento.
- VI. A dação em pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados pela

DUCESP
23 10 18

Emissora aos debenturistas deverá ser formalizada por meio de endosso das CCBs.

7. DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 *Resgate Total Antecipado.* A partir do dia 1º de novembro de 2018 e durante todo o prazo remanescente da Emissão, as Debêntures poderão ser totalmente resgatadas por iniciativa da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência, informando (i) a data pretendida para a realização do resgate antecipado; e (ii) qualquer outra informação relevante aos debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado"); mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário (ou seja, descontando-se o montante total de Amortização Extraordinária pago até então); (a) acrescido do Prêmio de Reembolso devido *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (b) de prêmio equivalente a 2% (dois por cento) sobre o Valor Nominal Unitário.

- I. A Emissora não poderá exercer sua prerrogativa de resgate antecipado total das Debêntures se não estiver adimplente com a totalidade das suas obrigações nesta Escritura, incluindo, mas sem limitação, a obrigação de pagamento do Prêmio de Reembolso.
- II. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos deste item 7.1 deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora simultaneamente, observados os termos e condições estabelecidos na Comunicação de Resgate Antecipado.
- III. Apenas para fins de clareza, a entrega de uma Comunicação de Resgate Antecipado não afetará ou interromperá a obrigação de pagamento do Prêmio de Reembolso e da Amortização Extraordinária das Debêntures que forem devidas, na forma prevista nesta Escritura, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado.

JUCESP
23 10 18

IV. Não será admitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.

7.2 *Vencimento Antecipado.* Os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observado o disposto nos subitens 7.2, I e 7.2, II a seguir, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigir da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido do Prêmio de Reembolso devido até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado") durante o prazo das Debêntures:

- (i) Provarem-se falsas ou revelarem-se enganosas, incompletas ou incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (ii) Não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas na respectiva data de vencimento, não sanadas em até 20 (vinte) Dias Úteis;
- (iii) Descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanadas em até 20 (vinte) Dias Úteis;
- (iv) Inadimplemento (sem prejuízo dos prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos jurídicos) de quaisquer outras dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, ou de sua controladora direta ou indireta, em valor superior ao montante correspondente à 20% (vinte por cento) da quantia captada pela Emissão até a data de inadimplemento, isoladamente ou em agregado com outras dívidas e/ou obrigações pecuniárias da mesma pessoa também inadimplidas e que não tenham sido quitadas;

JUCESP
23 10 13

- (v) Protesto de títulos contra a Emissora em valor superior ao montante correspondente à 20% (vinte por cento) da quantia captada pela Emissão até a data do protesto, isoladamente ou em agregado com outros títulos protestados e não pagos (ou cujos protestos não tenham sido levantados), exceto se, no prazo de até 60 (sessenta) Dias Úteis a contar da data do protesto, a Emissora evidencie aos debenturistas que (a) o protesto em questão foi cancelado ou teve seus efeitos sustados por decisão judicial; ou (b) foram prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (vi) Inadimplemento, pela Emissora, de obrigação imposta por meio de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em valor superior ao montante correspondente à 20% (vinte por cento) da quantia captada pela Emissão até a data de inadimplemento, isoladamente ou em agregado com outras sentenças arbitrais ou judiciais definitivas;
- (vii) Cessão de quaisquer dos Direitos Creditórios Vinculados a esta Emissão ou a atribuição de quaisquer direitos sobre os mesmos, a qualquer terceiro, por um valor inferior ao valor de face de tais Direitos Creditórios Vinculados, exceto se prévia e expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos previstos na Res. CMN 2.686/00;
- (viii) Cessão de quaisquer das obrigações da Emissora nesta Escritura, exceto se prévia e expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (ix) Alteração na composição societária da Emissora, seja por aumento de capital, alienação ou oneração de suas ações, de maneira direta ou indireta, em operação isolada ou série de operações que resulte na perda, pelo atual acionista controlador, do poder de controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei

JUL 23 10 18

das S.A., exceto se prévia e expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (x) Incorporação (de empresa ou de ações), cisão ou fusão envolvendo a Emissora, exceto se (a) prévia e expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (b) observado o disposto no artigo 231 da Lei das S.A., quando aplicável;
- (xi) Transformação do tipo societário da Emissora;
- (xii) Alteração do objeto social estabelecido no estatuto social da Emissora nesta data e na Data da Emissão;
- (xiii) Distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, pela Emissora a seus acionistas, em montante superior ao percentual de dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no seu estatuto social, nesta data, caso a Emissora estiver inadimplente com quaisquer de suas obrigações nos termos desta Escritura;
- (xiv) Redução do capital social da Emissora, exceto se prévia e expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xv) Cessação das atividades empresariais pela Emissora e/ou a adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação, dissolução e/ou extinção;
- (xvi) Decretação de insolvência, pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal ou a apresentação de pedido de autofalência, recuperação judicial, extrajudicial ou, ainda, a adoção de medidas de reorganização de dívidas com efeito análogo, pela Emissora e/ou sua controladora;

JUCESP
23 10 18

(xvii) Propositura por autoridades governamentais de execução judicial de débitos de qualquer natureza, incluindo multas e juros, seja do caráter que for, incluindo aqueles de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, com valor superior ao montante correspondente à 20% (vinte por cento) da quantia captada pela Emissão até a data de propositura da execução judicial, individualmente ou em agregado com outras execuções judiciais, exceto se a Emissora tiver garantido o juízo; e

(xviii) Qualquer ação de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, parte substancial ou a totalidade dos ativos da Emissora e/ou de suspender ou interromper as atividades da Emissora.

- I. Para os fins de que trata esta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será a (a) data de ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado, nas hipóteses dos itens (iv), (vi), (xvii) e (xviii) acima; e (b) nas demais hipóteses, na data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas na qual os debenturistas aprovem a decretação do vencimento antecipado.
- II. No caso do item 7.3, I, (b) acima, qualquer um dos debenturistas poderá convocar, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado, a Assembleia Geral de Debenturistas para discutir a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Instalada referida Assembleia Geral de Debenturistas, será necessário o quórum especial de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures então em circulação para vetar a declaração do vencimento antecipado.
- III. Diante do vencimento antecipado das Debêntures, a sua liquidação deverá ser realizada pela Emissora no menor prazo entre (i) 360

JUCESP
23 10 18

(trezentos e sessenta) dias corridos da Data de Vencimento Antecipado; e (ii) a Data de Vencimento das Debêntures; ficando acordado, no entanto, que, a partir da Data do Vencimento Antecipado e até a quitação integral das Debêntures em circulação, (A) a Emissora não adquirirá mais nenhuma CCB; e (B) todos os recursos disponíveis da Emissora (assim entendidos como recursos em caixa e aplicados nos Investimentos Permitidos, líquidos de tributos) deverão ser integralmente utilizados para a liquidação das Debêntures, mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido em 30 (trinta) dias a contar da Data do Vencimento Antecipado.

IV. Em caso de atraso da Emissora na liquidação das suas obrigações no vencimento antecipado das Debêntures, os Encargos Moratórios serão aplicáveis sobre o valor devido e não pago, desde a Data de Vencimento Antecipado até o seu efetivo pagamento.

8. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 A Emissora, adicionalmente, obriga-se a:

(i) Fornecer aos debenturistas os seguintes documentos e informações: (a) até 31 de maio de cada ano, cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social imediatamente anterior; (b) dentro de até 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que lhe seja razoavelmente solicitada pelos debenturistas para o fim de proteção dos seus interesses em relação às Debêntures; e (c) dentro de 05 (cinco) Dias Úteis a contar da data de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, detalhes razoáveis a seus respeito, bem como os documentos que fundamentam a ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado em questão;

(ii) Providenciar a publicação da AGE da Emissora, bem como o protocolo para seu arquivamento perante a JUCESP, na forma do item 2.1, I, acima, em até

JUCESP

23 10 18

05 (cinco) Dias Úteis a contar da presente data, cumprindo eventuais exigências formuladas pela JUCESP diligentemente, e apresentar 01 (uma) via da AGE da Emissora devidamente arquivada e da correspondente publicação em até 05 (cinco) Dias Úteis a contar do arquivamento;

(iii) Providenciar o protocolo desta Escritura e de quaisquer aditamentos à mesma para inscrição na JUCESP, na forma do item 2.1, II, acima, em até 05 (cinco) Dias Úteis a contar da data de celebração desta Escritura ou seus aditamentos, conforme aplicáveis, cumprindo eventuais exigências formuladas pela JUCESP diligentemente, e apresentar 01 (uma) via da Escritura ou aditamento devidamente arquivados em até 05 (cinco) Dias Úteis a contar do arquivamento;

(iv) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(v) Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(vi) Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;

(vii) Notificar os debenturistas sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das suas atividades;

(viii) Arcar com todos os custos de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e seus eventuais aditamentos;

(ix) Firmar todos os documentos necessários para a transferência das Debêntures pelos debenturistas a quaisquer terceiros, caso venha a ser solicitado pelos debenturistas, transferência com a qual a Emissora desde já declara concordar;

DUCE SP
23 10 18

(x) Não alienar ou de qualquer forma transferir, direta ou indiretamente, seu controle societário, conforme definido no artigo 116 da Lei das S.A., salvo se mediante prévia e expressa autorização dos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(xi) Não realizar qualquer operação societária que implique na redução do seu capital social ou na sua participação em incorporação (de empresa ou de ações), cisão, fusão ou, ainda, na sua dissolução, salvo se mediante prévia e expressa autorização dos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; e

(xii) Não ceder ou atribuir quaisquer direitos sobre os Direitos Creditórios Vinculados ao seu controlador ou a pessoa ligada a seu controlador, em condições distintas das previstas nesta Escritura.

9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 *Assembleia Geral de Debenturistas.* Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), aplicando-se a tal assembleia as disposições desta Escritura e, ainda, no que couber, o disposto na Lei das S.A. sobre assembleia geral de acionistas.

9.2 *Local.* A Assembleia de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

9.3 *Convocação.* A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada (i) pela Emissora; ou (ii) pelos debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação.

9.4 *Instalação e Condução dos Trabalhos.* A Assembleia Geral de debenturistas instalar-se-á,

DUCE SP
23 10 18

Debêntures em circulação aquelas Debêntures efetivamente emitidas pela Emissora e que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam detidas pela sua controladora ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores, conselheiros e respectivos cônjuges, companheiros e parentes até 3º (terceiro) grau.

III. Observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, as deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, serão válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva assembleia.

9.6 A alteração dos quóruns de instalação e aprovação de matérias previstos na presente Escritura dependerá da aprovação de todos os debenturistas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante aos debenturistas que:

(i) É sociedade por ações de capital fechado, validamente constituída e existente segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(ii) Está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

(iii) As pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

DUCE SP
23 10 18

(iv) A celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e

(v) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas caso qualquer das declarações aqui prestadas se torne total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 *Notificações.* Todas e quaisquer notificações e comunicações a serem enviadas pela Emissora ou pelos debenturistas, nos termos desta Escritura, deverão ser realizadas por escrito e encaminhadas por carta pessoal, correio eletrônico (e-mail), serviço de entrega especial ou carta registrada, sempre com comprovante de recebimento, para os seguintes endereços:

I. Se para a Emissora:

A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Rua da Consolação, 2.294, conjunto 03-118, Consolação

CEP 01302-001 – São Paulo – SP

A/C: Srs. André Wetter e Hugo Alain Charles Mathecowitsch

E-mail: andre@access55.com e hugo@access55.com

DUCEAP
23 10 18

II. Se para os debenturistas:

As notificações e comunicações deverão ser enviadas aos endereços dos debenturistas constantes no boletim de subscrição.

III. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por e-mail na data do seu envio, desde que o envio se dê em Dia Útil, até as 18:00 horas no local do recebimento (se não, será considerada entregue no Dia Útil imediatamente subsequente), e que tenha seu recebimento confirmado por recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.

IV. Caso a Emissora ou os debenturistas deseje alterar seu endereço, deverá comunicar às demais, conforme o caso, por escrito, observando as regras estabelecidas neste item 13.1.

11.2 *Documento Vinculante.* Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora e os debenturistas por si e seus sucessores.

11.3 *Renúncia.* Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba à Emissora ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da outra, conforme o caso, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 *Independência.* Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal

DUCE SP
23 10 18

julgamento, comprometendo-se a Emissora, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 *Título Executivo.* Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2016, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), reconhecendo que, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 536 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.6 *Cessão.* A Emissora não poderá, sem a prévia e expressa anuência dos debenturistas, transferir, a qualquer título, as obrigações estabelecidas nesta Escritura e/ou relacionadas às Debêntures. Os debenturistas poderão transferir as Debêntures e os direitos provenientes das Debêntures, de forma privada, para qualquer terceiro, mediante a prévia comunicação à Emissora, que formalizará a transferência no seu livro de registro de debêntures. Caso venha a ser necessário, a Emissora se obriga a providenciar e levar a registro o aditamento desta Escritura, de modo a refletir a transferência das Debêntures a terceiros, mediante solicitação do debenturista alienante.


11.7 *Lei Aplicável.* Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.8 *Foro.* Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

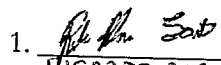
A presente Escritura é assinada em 3 (três) vias, de igual forma e teor e para o mesmo efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

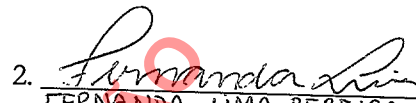
São Paulo, 28 de setembro de 2018.

JUCESP
23 10 18


A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
por André Wetter e Hugo Alain Charles Mathecowitsch

Testemunhas:

1. 
RICARDO BLANCO SAITO
RG: 37.378.011-4 SP/SP
CPF/MF: 394.146.158-39

2. 
FERNANDA LIMA PEREIRA
RG: 41.606.492-9 SP/SP
CPF/MF: 315.733.818-59.

[A presente página de assinaturas é parte integrante do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS E NÃO PERMUTÁVEIS POR AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., datado de 28/09/2018]





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 2.031.670/18-9**Relatório da Análise Prévia**

- ☑ SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94 ✓
- ☐ SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☐ SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

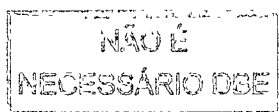
ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros. sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital), procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):**Análise Prévia**

Alcir Antônio Gomes RG 9.058.307-3

Data: 17/10/2018

Ciência Vogais

Gil Marcos Clarindo dos Santos
RG. 7.412.046-3

Escritura de Debentures

Emissão: 23/10/2018 Página : 1

Nº Escritura : 002.658-0/000
Nº N.I.R.E. 35300519221
Nº Protocolo : 2.031.670/18-9
Data Registro : 23/10/2018
Ato : ES
Agente Fiduciário : NÃO CONSTA
Razão Social : A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Valor Montante : 50000000
Cinquenta Milhões Reais
Valor Unitário : 50000
Cinquenta Mil Reais
Quantidade Títulos : 48
Nominativa
Convertíveis : N
Espécie : Subordinada
Data Emissão : 23/10/2018
Data Vencimento : 23/11/2020

SEM VALOR DE CERTIDÃO

DUCE SP
23 10 18

Anexo I

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS E NÃO PERMUTÁVEIS POR AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA
A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

MODELO DE LISTA DE CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO A SEREM
ADQUIRIDAS

Nº da CCB	Termo (meses)	Valor (R\$)	Taxa (a.a.)
[•]	[•]	[•]	[•]

SEM VALOR DE CERTIDÃO

DUCE SP
23 10 18

Anexo II

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS E NÃO PERMUTÁVEIS POR AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA
A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A

**TERMOS E CONDIÇÕES DE NOVAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO
ADQUIRIDAS**

As novas CCBs adquiridas pela Companhia terão as seguintes características:

- (i) Juros efetivos mensais esperados superiores a 1% (um por cento), esperando-se juros mensais médios próximos a 2,5% (dois e meio por cento) ao mês;
- (ii) Serão emitidas contra pessoas jurídicas brasileiras atuando no setor de serviços e/ou de tecnologia, com receita razoavelmente previsível e com perspectiva de crescimento; e
- (iii) O prazo das CCBs será de até 12 (doze) meses, desde que não superior à Data de Vencimento.

Os emissores das CCBs terão as seguintes características:

- (i) Pessoas jurídicas brasileiras que atuem no setor de serviços e/ou de tecnologia;
- (ii) Faturamento com crescimento anual superior a 20% (vinte por cento);
- (iii) Receita previsível, com recorrência mensal, ou com padrões recorrentes em épocas do ano;
- (iv) Faturamento mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais) por mês;
- (v) Em caso de prejuízo financeiro e operacional, referidas pessoas jurídicas deverão contar com a presença de um *sponsor* financeiro, tal como fundo de *venture capital*, fundo de *private equity*, FIP, ou *family office*;
- (vi) Excelentes métricas comerciais, quais sejam:
 - *Life Time Value per customer* ("LTV") / *Customer Acquisition Cost* ("CAC") superior a 3 (três) vezes;
 - Número de meses para recuperar o CAC inferior a 12 (doze) meses.
 - *Net Monthly Recurring Revenue Growth Mensal* superior a 2 (duas) vezes.

DUCESP
23 10 13

- *Churn rate* médio inferior a 3% (três por cento) ao mês.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
23 10 18

Anexo III

**AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS E NÃO PERMUTÁVEIS POR AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA
A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.**

POLÍTICA DE COBRANÇA

A Access Consultoria realizará a cobrança dos direitos creditórios das CCBs da seguinte forma:

- (i) 07 (sete) dias antes da data de vencimento de cada parcela, seja ela a título de juros e/ou principal, a Access Consultoria enviará um lembrete via e-mail ao gerente financeiro da Start Up emissora da CCB;
- (ii) No 1º (primeiro) dia de atraso de qualquer parcela, a Access Consultoria fará contato via e-mail e via conferência telefônica com o gerente financeiro da Start Up emissora da CCB;
- (iii) No 2º (segundo) dia de atraso de qualquer parcela, a Access Consultoria fará contato via e-mail e via conferência telefônica com o diretor executivo da Start Up emissora da CCB;
- (iv) No 3º (terceiro) dia de atraso de qualquer parcela, a Access Consultoria fará contato via e-mail e via conferência telefônica com o *sponsor* financeiro (se houver) da Start Up emissora da CCB;
- (v) A cada 3 (três) dias após contatar o diretor executivo da Start Up emissora da CCB, a Access Consultoria fará contato via conferência telefônica e e-mail para (a) o gerente financeiro, (b) o diretor executivo e (c) o *sponsor* financeiro (se houver);
- (vi) Entre o 30º (trigésimo) e o 90º (nonagésimo) dia de atraso de pagamento da parcela, a Access Consultoria poderá, à sua discrição, iniciar as providências para que haja a cobrança dos direitos creditórios não pagos por meios judiciais; e
- (vii) Após o 90º (nonagésimo) dia de atraso de pagamento, caso as medidas judiciais cabíveis não tenham sido iniciadas a Access Consultoria contratará uma empresa especializada em recuperação de créditos inadimplentes para realizar a cobrança dos direitos creditórios das CCBs.

A HM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado de São Paulo
Diretoria de Registro



Protocolo nº 2.031.670/18-9	Fls.:.....
Sociedade: A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.	
NIRE: 3530051922-1	Rubrica:
Assunto: Registro de Escritura de Debênture.	

1. Visto.
2. Trata-se de aditamento de debênture;
3. Encaminhe-se o presente protocolado à Gerência de Decisão Colegiada (GDC) para análise e encaminhamento / reexame da 3ª Turma de Vogais, s.m.j., visto que informar a quantidade de Debêntures a serem emitidas.

São Paulo, 19 de outubro de 2018.

Angela Regina Berteli
Diretora Executiva I

1. Visto.
2. Reforne-se ao r. GLA
para continuidade do
registro.

DRC/TCT

Cezarildo Moura dos Santos
Assessor Técnico do Registro Público

R.G. 2002005137044

Junta Comercial do Estado de São Paulo | Jucesp
Secretaria Geral
Telefone: (11) 3468-3050 / 3051
Rua Barra Funda, 836 - CEP 01152-000- São Paulo - SP
www.jucesp.sp.gov.br

22/10/2018

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
0.988.408/18-1

**CAPA DO REQUERIMENTO**

CONTROLE INTERNET
024217707-7

**DADOS CADASTRAIS**

ATO Debenture Escritura;					
NOME EMPRESARIAL A55 COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.			PORTE Normal		★ 0 4 OUT
LOGRADOURO Rua da Consolação		NÚMERO 2.294	COMPLEMENTO CONJ. 03-118	CEP 01302-001	
MUNICÍPIO São Paulo		UF SP	TELEFONE	EMAIL	PROTC
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 31.046.158/0001-26	NIRE - SEDE 3530051922-1			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Hugo Alain Charles Mathecowitsch (Diretor)			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 359,80		SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:			DATA: 02/10/2018		DARF: R\$,00

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE 0 9 OUT 2018
-----------------------	--------------------------	-------------------------------------

ANEXOS:

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

- | | |
|-------------------------|------------------------------|
| () DBE | () Documentos Pessoais |
| () Procuração | () Laudo de Avaliação |
| () Alvará Judicial | () Jornal |
| () Formal de Partilha | () Protocolo / Justificação |
| () Balanço Patrimonial | () Certidão |
| () Outros | |

OBSERVAÇÕES:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.988.408/18-1

Relatório da Análise Prévia

- ☐ SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☒ SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☐ SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Proposta de Exigência

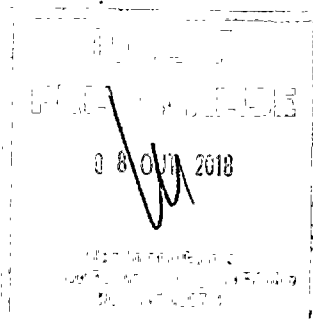
Propostas de exigências/indeferimento a especificar ou fundamentar

Não consta o nome das testemunhas na pg. 24 da emissão

Análise Prévia

Alcir Antônio Gomes RG 9.058.307-3

Data: 08/10/2018

NÃO É
NECESSÁRIO DBE

Ciência Vogais

Ariete C. do P. Campos
RG. 2.185.935-8